



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região

PORTARIA GP Nº 886/2017

São Luís, de setembro de 2017.

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o constante no PA-7464/2012,

CONSIDERANDO a desistência expressa do candidato habilitado João Lago Oliveira Alvarenga, classificado em 6º lugar, como portador de necessidades especiais, em ser nomeado para o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa;

CONSIDERANDO a desistência expressa da candidata habilitada Larissa do Rosário Barbosa, classificada em 13º lugar, em ser nomeada para o cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal,

R E S O L V E

1. Nomear FRANCISCO EDUARDO DE CASTRO, candidato habilitado em 1º lugar no concurso público realizado por este Tribunal para provimento de cargos efetivos, com estrita observância da ordem classificatória, na forma dos artigos 6º, 8º, inciso I, 9º, inciso I, e 10 da Lei nº 8.112/90, e em conformidade com o disposto nos artigos 7º, 11º, 12º e 13º da Lei nº 11.416/06, com a redação dada pela Lei nº 13.317/2016, para exercer em caráter efetivo o cargo da carreira de Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Estatística, Classe "A", Padrão 01, do Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal, na vaga criada pela Lei 11.985, de 27/07/2009, em decorrência da redistribuição do cargo anteriormente ocupado por Marcos Antonio de Souza Silva;

2. Nomear CINTHIA CRISTINA DE CARVALHO GUEDES, candidata habilitada em 7º lugar, como portador de necessidades especiais, no último concurso público realizado por este Tribunal para provimento de cargos efetivos, com estrita observância da ordem classificatória, na forma dos artigos 6º, 8º, inciso I, 9º, inciso I, e 10 da Lei nº 8.112/90, e em conformidade com o disposto nos artigos 7º, 11º, 12º e 13º da Lei nº 11.416/06, com a redação dada pela Lei nº 13.317/2016, para exercer em caráter efetivo o cargo da carreira de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe "A", Padrão 01, do Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal, na vaga criada pela Lei n.º 10.770 de 21/11/2003, em decorrência da redistribuição do cargo anteriormente ocupado por Lanusa Tabosa do Nascimento Berto;

3. Nomear KELLEN APARECIDA FERREIRA TANAKA LEMOS, candidata habilitada em 14º lugar no concurso público realizado por este Tribunal para provimento de cargos efetivos, com estrita observância da ordem



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho

Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região
classificatória, na forma dos artigos 6º, 8º, inciso I, 9º, inciso I, e 10 da Lei nº 8.112/90, e em conformidade com o disposto nos artigos 7º, 11º, 12º e 13º da Lei nº 11.416/06, com a redação dada pela Lei nº 13.317/2016, para exercer em caráter efetivo o cargo da carreira de Analista Judiciário, Área Judiciária, Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, Classe "A", Padrão 01, do Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal, na vaga criada pela Lei n.º 10.770 de 21/11/2003, em decorrência da redistribuição do cargo anteriormente ocupado por Adilson Brasileiro Pereira.

Dê-se ciência.

Publique-se no Diário Oficial da União e disponibilize-se
no *site* deste Tribunal.

(Assinado Eletronicamente)
DES. JAMES MAGNO ARAÚJO FARIAS

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO DESEMBARGADOR JAMES MAGNO ARAÚJO FARIAS (Lei 11.419/2006)
EM 11/09/2017 10:30:54 (Hora Local) - Autenticação da Assinatura: 9D8F94C1B7.ED68E74BCL.CC26DDF550.00C66D59B3